

Sindsep-MT defende salário integral aos aposentados por invalidez



Juntamente da Condsef, o Sindicato dos Servidores Públicos Federais de Mato Grosso (Sindsep-MT) defende a Proposta de Ementa à Constituição (PEC) 270/2008 que garante ao trabalhador da União que tenha aposentado por invalidez permanente – entre eles os delegados e demais policiais federais – o recebimento integral do salário, além dos reajustes na mesma proporção e data dos servidores da ativa.

(Página 3)

Juiz não dá atenção para ação contra Aneel e Cemat

(Página 2)

8 mil servidores dizem não à privatização: Sindsep-MT marca presença em passeata

(Página 3)

DIAP lista projetos que podem mexer com a vida do servidor

(Página 4)

Para Sindsep-MT, a união faz a força

A união dos estados e dos servidores públicos federais através da Condsef e de suas filiadas foi a certeza de que é importante se fazer presente nos eventos. Essa foi a conclusão dos quatro representantes do Sindicato dos Servidores Públicos Federais de Mato Grosso (Sindsep-MT) que estiveram em Brasília. (Página 3)



Quais as vantagens de ser sindicalizado?

- O sindicato é um instrumento de união entre os servidores nas lutas para garantir os direitos e evitar a perda de outras conquistas da categoria.
- Com essa união, os servidores somam forças e dão ao Sindicato maior respaldo para representar a defesa dos direitos, como – por exemplo – nas negociações por melhores salários.
- O SINDSEP-MT oferece a assistência jurídica no que se refere à garantia dos direitos do trabalhador. Com isso, o sindicato estará, também, incluído nas ações judiciais implementadas pelo Departamento Jurídico, no que se refere à reposição de perdas salariais e outras conquistas da categoria na Justiça.
- Na luta em prol dos aposentados e pensionistas, o sindicato evita que eles recebam, por parte do governo federal, tratamento diferenciado do dispensado aos servidores da ativa. Essa tem sido uma batalha constante do SINDSEP-MT, aliado à CONDSEF e à CUT.
- Ao participar do sindicato, o servidor reforça a trajetória de resistência ao desmonte do serviço público e ajuda a garantir ao tão sofrido povo brasileiro o mínimo de assistência do Estado, previsto na Constituição Federal.
- O Sindsep-MT tem convênios com planos de saúde e universidade, oferecendo descontos aos seus filiados.
- Filiado à CUT e à Condsef, o SINDSEP-MT é uma entidade séria, com 19 anos de história em Mato Grosso.

Servidor Federal,

Se você tem algum processo em andamento com o departamento jurídico do Sindsep-MT, fique atento para não assinar nenhuma procuração que encaminhe o caso para outro advogado. Dessa, forma são gerados ônus extras em relação ao trabalho dos advogados.

Atenciosamente,
Diretoria do Sindsep-MT

Palavra do presidente
Atos Secretos


• Carlos Alberto de Almeida

Quer entender se no Brasil existe democracia? Se existe, como cabe no Senado os tais atos secretos? No Congresso Nacional, estamos ao ponto de fechar nosso Senado... Parece que existem dois mundos entre os corredores de Brasília. Existe um mundo que desconhecemos, com segredos, funcionários fantasmas, salários de quase R\$ 30 mil, nomeação de parentes, jogos políticos num "Castelo" mal-assombrado.

Como presidente do Sindsep-MT, quero repudiar essa falta de comprometimento de nossos Congressistas e sugerir ao presidente Lula que ao invés de tentar extinguir alguns de seus órgãos federais que comportam trabalhadores honestos que ele feche as portas do Senado.

• Carlos Alberto de Almeida é presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Federais de Mato Grosso (Sindsep-MT)

Juiz não dá atenção para ação contra Aneel e Cemat

Ação civil pública do departamento jurídico do Sindicato dos Servidores Públicos Federais de Mato Grosso (Sindsep-MT) contra a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e contra a Centrais Elétricas Mato-grossenses (Cemat) foi tratada com descaso pelo juiz federal Sebastião Julier de Mato Grosso.

Trata-se da cobrança em duplicidade da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e do Programa de Integração Social (PIS) que são calculados sobre o total da conta, incluindo o ICMS (imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre

prestações de serviços). O questionamento do Sindsep-MT é sobre a morosidade com que o juiz tratou o caso. Além disso, o departamento jurídico se coloca à disposição do servidor que queira entrar com a ação individual com a mesma finalidade.

A Cofins vem sendo cobrada com a inclusão do ICMS em sua base de cálculo, o que caracteriza a cobrança de imposto sobre imposto. Na ação, é pedido o ressarcimento retroativo aos últimos cinco anos e a suspensão desse cálculo, além de danos morais coletivos. No texto, a alegação é que não consta na Constituição sobre o consumo de energia elétrica (parágrafo 3º do art. 155 da



Foto Assessoria

Constituição Federal). A ação foi protocolada na 1ª Vara Federal e tem abrangência estadual aos

servidores federais. O departamento jurídico do Sindsep-MT está sob responsabilidade dos advoga-

dos João Batista dos Anjos, Josinete da Silva Amorim e da estagiária Mara Lúcia Misael Gomes.

Demonstração do Resultado SIND. DOS SERV. PÚBLICOS FEDERAIS DE MT
33.710.088/0001-94
 Período: 31/05/2009

Receitas Brutas de vendas e/ou serviços

RECEITAS		
MIN PLANEJAMENTO	198,80	
EXERCITO	4.101,10	
MIN EDUCACÃO (MEC)	15,05	
MIN AGRICULTURA	3.633,88	
MIN FAZENDA	3.114,45	
MIN JUSTIÇA	30,26	
POLICIA FEDERAL	26,86	
MIN AERONÁUTICA	26,84	
MPAS/SAS	216,75	
MIN SAUDE	241,90	
MINISTÉRIO DO TRABALHO	909,92	
CEFET/MT	26,55	
FUNAI	7.207,84	
M M E	91,53	
D N P M	35,26	
FUNASA	19.374,34	
A N V S	43,08	
D N I T	774,28	
AGU	38,84	
IBAMA	673,73	
MIN COMUNICAÇÕES	432,86	
INCRA	6.670,15	
MIN TRANSPORTES	3.797,29	
I N S S	1.016,27	
MIN MARINHA	149,78	
CONAB	1.241,23	
D P R F	83,51	
CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS	432,34	54.604,69

(=) Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços **54.604,69**
 (=) Superávit Bruto **54.604,69**
 (-) Despesas Operacionais

DESPESAS TRABALHISTA

SALÁRIOS	4.016,95	
ADICIONAL DE INSALUBRIDADE	66,50	
FÉRIAS + 1/3	585,52	
13º SALÁRIO	481,85	
FGTS	464,74	
INSS	2.013,79	
VALE TRANSPORTE	451,00	
ASSISTÊNCIA MÉDICA	247,31	
AJUDA ALIMENTAÇÃO	500,00	
PARCELAMENTO INSS	678,41	
AJUDA DE CUSTO PRESIDENTE	5.912,01	
AJUDA DE CUSTO DIRETORES	1.200,00	

MARIA DE JESUS DA SILVA
 CONTABILISTA
 C.R.C. : MT-009536-O-4 / C.P.F. : 766.765.601-00

GRATIFICAÇÃO COMISSONADA	1.700,00	
ANUENIO	25,82	
ACORDO JUDICIAL GONÇALINA DA SILVA	1.774,79	20.118,69
DESPESAS ADMINISTRATIVAS		
TELEFONIA E TELECOMUNICAÇÕES	4.063,88	
ENERGIA ELÉTRICA	503,59	
HONORÁRIOS CONTÁBEIS	3.000,00	
PRIMEIROS SOCORROS MEDICAMENTOS	74,28	
ÁGUA E ESGOTO	31,68	
MANUTENÇÃO REDE ELÉTRICA	77,00	
MATERIAIS DE ESCRITÓRIO	534,30	
LANCHES E REFEIÇÕES	189,63	
DESPESA C/ COMBUSTÍVEL	594,53	
MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS	180,00	
DESPESA C/ ESTACIONAMENTO	31,00	
CORREIOS E POSTAGENS	581,05	
CÓPIAS E REPRODUÇÕES	10,00	
VIAGENS E ESTÁDIAS	1.441,80	
MANUTENÇÃO E SUPORTE DE SOFTWARES	200,00	
HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS	4.200,00	
DESPESAS TÁXI	20,00	
PAGTOS GESTÃO ANTERIOR	348,57	
JORNAIS E REVISTAS	360,00	
CUSTAS PROCESSUAIS	300,00	
KENTEL PLUS ALARME	195,00	
CONDSEF	750,00	
MATERIAL DE LIMPEZA E CONSUMO	229,99	
MENSALIDADE COPIADORA	300,00	
CÓPIAS EXCESSO	383,40	
VIAGENS 16 A 19 MARÇO BRASÍLIA DF	6.337,94	
MENSALIDADES SOFTWARE NETSPEED	76,30	
JORNAL O COMPROMISSO	1.400,00	
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO	1.300,00	
CUT MT	2.450,00	
SEGURO VEÍCULO	461,45	
CUT NACIONAL	1.500,00	
DESPESAS DIA DAS MÃES	173,00	
BISA SIST AUTOMAÇÃO LTDA	750,00	
DESPESAS MANUTENÇÃO	40,00	
ASSEMBLÉIA EXTRAORDINÁRIA DIA 08/05/2009	940,48	
PARALISAÇÃO CONAB	500,00	
REUNIÃO CAPESAUDE DIA 18/05/2009	8.200,79	42.729,66
DESPESAS FINANCEIRAS		
TARIFAS DE MANUTENÇÃO DE CONTA	21,00	
SAQUE CONTRA RECIBO	2,00	23,00
DESPESAS TRIBUTÁRIAS		
IRRF - IMPOSTO DE RENDA FONTE	25,91	
IPVA	487,67	513,58
(=) Déficit Operacional		- 8.780,24
(=) Déficit antes da Tributação/Participação		- 8.780,24
(=) Déficit antes da Participação/Contribuição		- 8.780,24
(=) DÉFICIT LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		- 8.780,24

CARLOS ALBERTO DE ALMEIDA
 PRESIDENTE
 R.G. : 474000 SJ/MT / C.P.F. : 349.054.641-53

SIND. DOS SERV. PUBLICOS FEDERAIS DE MT (0xx65) 3023-9338

Obs.: Prestação de contas do mes de Maio de 2009

EXPEDIENTE

Boletim Informativo do SINDSEP-MT
Sindicato dos Servidores Públicos Federais de Mato Grosso

Rua Dr. Carlos Borralho, nº 82, bairro Poção, CEP: 78 015-630, Cuiabá/MT

Telefones: (65) 3023 6617 / 3023 9338 - e-mail: sindseprmt@gmail.com

 Jornalista Responsável: **Thais Raeli - DRT 26 645/RJ**

 Tel.: (65) 8126-0123 E-mail: jornalista@gmail.com

 Diagramação/Edição de Arte: **Mario Pulcherio Filho - 9214-8099**

DIRETORIA EXECUTIVA: CARLOS ALBERTO DE ALMEIDA (PRESIDENTE), ROOSEVEL MOTTA (VICE - PRESIDENTE), DAMASIO DE SOUZA PEREIRA (1º SECRETÁRIO), LUIZ MAURO EVANGELISTA (2º SECRETÁRIO), EDSON LUIZ DOS SANTOS (1º TESOUREIRO), IDIO NEMÉSIO DE BARROS NETO (2º TESOUREIRO), ADERBAL CASTRO QUEIROZ (1º SEC. ADM), ADELINO FERREIRA CAMPOS (2º SEC. ADM), MAURÍCIO ALVES RATTACASO JÚNIOR (1º SEC. FORM. SIND), IRACY OLIVEIRA FERREIRA (2º SEC. FORM. SIND), JAMIL OURIVES JÚNIOR (1º SEC. JURÍDICO), AMÉLIA ALVES SANTANA (2º SEC. JURÍDICO), IDEVALDO BERNARDES DE OLIVEIRA (1º SEC. INTERIOR), ADELIO DA SILVA JÚNIOR (2º SEC. INTERIOR), MARINÉZIO SOARES DE MAGALHÃES (1º SEC. IMPRENSA), ELIETE DOMINGOS DA COSTA (2º SEC. IMPRENSA), IZAEEL SANTANA DA SILVA (1º SEC. APÓS. E PENS), ENILDO GOMES (2º SEC. APÓS. E PENS.), EDIVAN DA SILVA CAMPOS (1º SEC. ANIST. E DEMIT.), MANOEL ARNALDO DAS CHAGAS (2º SEC. ANIST. E DEMIT.), ROSINA DE ALMEIDA PAIVA (1º SEC. CULTURA), PATRÍCIO FERREIRA ORTIZ (2º SEC. CULTURA); **SUPLENTE PARA DIRETORIA EXECUTIVA:** SEBASTIÃO DE JESUS (1º), SAMUEL FERNANDES DE SOUZA (2º), FRANCISCO ROBERTO DIAS NETO (3º), MIRTES BENEDITA RONDON (4º), FRED CEBALHO (5º), DONATO FERREIRA DA SILVA (6º); **CONSELHO FISCAL:** VALDEMAR RODRIGUES SILVA (1º), MANOEL JOÃO DA SILVA (2º), JUÁREZ JUSTINO DE BARROS (3º); **SUPLENTE:** JOÃO GALDINO (1º), ARCILIO DE BARROS FILHO (2º), JOSÉ GONZAGA DE FREITAS (3º)

Condsef participa de assembleias e encontro de aposentados em MT

Convidado pela direção do Sindicato dos Servidores Públicos Federais em Mato Grosso (Sindsep-MT), o secretário-geral da Condsef (Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal), Josemilton Costa esteve em Mato Grosso para participar de assembleias dos servidores do Ministério da Fazenda, Inkra e 9o BEC (Batalhão de Engenharia e Construção). Costa participou ainda do encontro de aposentados e pensionis-



Reunião no Ministério da Fazenda em Cuiabá

tas promovido pelo Sindsep-MT.

O secretário-geral falou sobre o processo de negociações com o governo, as demandas dos setores e as manifestações que a Condsef prepara para pressionar pelos acordos firmados e contra o desmonte dos órgãos públicos. Aos aposentados, Costa reafirmou a luta em defesa da paridade. A importância da mobilização constante dos trabalhadores foi reforçada durante os encontros.

Diretores do Sindsep-MT, incluindo o presidente do sindicato, também presentes às assembleias, falaram sobre os esforços que a entidade vem empregando ao lado da Condsef em defesa dos interesses dos servidores públicos. O Sindsep-MT participará das atividades programadas pela Condsef. No dia 17, representantes de Mato Grosso participaram de uma grande marcha na Esplanada dos Ministérios e no dia 18 estiveram na plenária nacional da Condsef.

Sindsep-MT contra o desmonte

O Sindicato dos Servidores Públicos Federais de Mato Grosso (Sindsep-MT) vem mais uma vez lembrar seus filiados sobre a luta contra o Desmonte de Órgãos Públicos. A bandeira é defendida nacionalmente pela Condsef e pela CUT e na quarta-feira, 17 de junho, a Esplanada dos Ministérios em Brasília foi cenário de mais uma manifestação sobre essa condição que vem sendo imposta pelo governo.

A discussão gira sobre a precarização do serviço público. O momento é oportuno porque o presidente Lula ao mesmo tempo em que defende a tese de que o Brasil necessita investir em um Estado forte encaminha projetos de desmonte do serviço público, como a divisão do Ibama e as propostas de desmembramento do Inkra e esvaziamento da Funasa.

A ideia dos movimentos sindicais é traçar estratégias para derrubar projetos como o Projeto de Lei, PL 92/07, que autoriza a criação de Fundações Estatais de Direito Privado. Também discorre

pelos bastidores a realização de concurso público e a convocação dos aprovados nos últimos concursos, além da elaboração de sugestões para que o governo implemente uma política de incentivo para o funcionalismo, como aprimoramento das carreiras, ou seja, o idealizado Plano de Cargo Carreira e Salários (PCCS).

Mato Grosso, através do Sindsep-MT, já promoveu encontros com os representantes nacionais para deixar os servidores federais cientes do que vem ocorrendo. Veja a seguir a discussão de alguns órgãos:

Ibama: No ano passado, servidores do Ibama discutiram para que o Instituto Chico Mendes não fosse criado. Teve greve e outras mobilizações, mas não foi o suficiente. Desde então, os efeitos para o meio ambiente já preocupam os especialistas. Funcionários do Chico Mendes ganharam as mesmas atribuições de fiscalização do Ibama para facilitar a liberação de alvarás ambientais para construção de hidroelétricas e outros pro-

jetos, em sua maioria, previstos pelo PAC do governo Lula.

Inkra: O desmonte do Inkra vai na contramão da Reforma Agrária. Ao invés de conceder terra a trabalhadores do campo para a agricultura familiar, surgem brechas para ação de grileiros e consequentemente o desmatamento da Amazônia. Ainda com o risco das águas do território nacional serem entregues para exploração de empresas estrangeiras.

Funasa: Por anos órgão sofre com o uso de sua estrutura para nomeação de indicados políticos. Para gerir a Funasa não basta indicação, tem que ter afinidade e uma capacitação, isso ainda se agrava com a falta de concurso público. Além disso, existem servidores cedidos, mantidos pelo Estado ou município. O trabalho da Funasa consiste, principalmente, na saúde preventiva, ou seja, no controle de endemias. A fragilidade desse trabalho resulta na ressurreição de hanseníase, tuberculose, em pontos já erradicados do Brasil, por exemplo.

Para Sindsep-MT, a união faz a força

A união dos estados e dos servidores públicos federais através da Condsef e de suas filiadas foi a certeza de que é importante se fazer presente nos eventos. Essa foi a conclusão dos quatro representantes do Sindicato dos Servidores Públicos Federais de Mato Grosso (Sindsep-MT) que estiveram em Brasília para participarem das assembleias e manifestações da categoria. Para o secretário de comunicação do Sindsep-MT, Marinézio Soares, são os trabalhadores unidos que fazem diferença na pressão com o governo, nas negociações e nas conquistas. “Nossa ida significa muito na participação. Foi a unidade de todas as entidades e centrais sindicais que torna nossa categoria forte e isso é muito importante. Servidores na luta contra o desmonte dos órgãos públicos, pelo Plano de Carreira, pela paridade e muito mais”, disse Marinézio.



Os quatro representantes participaram do Conselho Deliberativo de Entidades (CDE) pelo cumprimento dos acordos e atendimento a pauta unificada, protocolada no MPOG, no mês de março.

Marinézio Soares de Magalhães (Ministério da Fazenda), José Luís da Silva (Ministério da Agricultura), Heronildes Francis-

co Vieira (9º BEC) e Francisco Gonçalves Júnior (Inkra) também foram na Plenária Nacional das Entidades e na manifestação no Ministério do Planejamento, junto com 8 mil trabalhadores e seguiram numa caminhada pela Esplanada. Eles também realizaram visitas nos ministérios para discutirem pautas da categoria.

Sindsep-MT tem representante no Fórum de Relações do Trabalho da Conab

O delegado do Sindicato dos Servidores Públicos Federais de Mato Grosso (Sindsep-MT), Selmo Oliveira, foi eleito

para ser o representante do Fórum de Relações do Trabalho da Conab durante o Congresso e Plenária dos Trabalhadores que

aconteceu em Goiás entre os dias 1 e 4 de junho. Mais uma vez o Sindsep-MT marca presença na luta dos trabalhadores.

Sindsep-MT defende salário integral aos aposentados por invalidez

Juntamente da Condsef, o Sindicato dos Servidores Públicos Federais de Mato Grosso (Sindsep-MT) defende a Proposta de Ementa à Constituição (PEC) 270/2008 que garante ao trabalhador da União que tenha aposentado por invalidez permanente – entre eles os delegados e demais policiais federais – o recebimento integral do salário, além dos reajustes na mes-

ma proporção e data dos servidores da ativa. No texto, serão beneficiados os que ingressaram no serviço público até o dia 16 de dezembro de 1998.

No início do mês de junho, o secretário-geral da Condsef e diretor do Sintrasef, Josemilton Costa, esteve em Cuiabá e esclareceu as dúvidas dos aposentados e disse que a confederação está buscando apoio dos

parlamentares para a provação junto à Câmara. “Quando se aposenta repentinamente há uma perda de até 48%. A PEC pede para manter o salário. Ela corrige uma distorção que o governo mantém. Em março, nos fizemos um movimento que teve mais de cinco mil trabalhadores defendendo os aposentados em relação a essa paridade e as outras”, disse Josemilton.

8 mil servidores dizem não à privatização: Sindsep-MT marca presença em passeata

Foi mais uma demonstração de força dos servidores públicos federais. Brasília recebeu cerca de oito mil servidores de todo o Brasil que lotaram a Esplanada dos Ministérios. O Sindsep-MT esteve presente com quatro representantes. A categoria exigiu a derrubada do Projeto de Lei Complementar (PLP) 92/07, que propõe a criação de fundações estatais de direito privado e cobrar o cumprimento de acordos firmados pelo governo no ano passado. Sob gri-

tos de “Não, não, não à privatização”, a categoria percorreu todos os ministérios e fez uma parada longa em frente ao Ministério da Saúde. O ministro José Gomes Temporão é um dos principais entusiastas da aprovação do PLP 92/07.

Pressão por reajuste nos benefícios – Seguindo o cronograma de atividades aprovados por seu Conselho Deliberativo de Entidades, a Condsef deu continuidade às manifestações e foi até o Bloco K do Ministério do Planejamento. Lá, os ser-

vidores da base da entidade cobraram a abertura imediata de negociações para garantir os reajustes nos benefícios como auxílio-alimentação, creche, transporte, contrapartida dos planos de saúde, dos servidores do Executivo. O reajuste no auxílio-alimentação, chegou a ser anunciado pelo próprio Ministério do Planejamento e está garantido em compromisso firmado pelo governo. A Condsef defende a isonomia dos benefícios nos Três Poderes.

Deputado deixa mensagem para servidores federais

O Deputado Estadual, Alexandre Cesar, deixou sua mensagem aos filiados do Sindsep-MT. Ele esteve presente no encontro dos aposentados promovido pelo Sindsep-MT, no dia cinco de junho.

“Quero parabenizar a diretoria por iniciativas como esse. É importante reunir os aposentados e pensionistas para discutir a política de nosso país. Como disse o presidente, Carlos Alberto de Almeida, vocês contribuíram com o nosso país. Não é pelo fato de serem aposentados e pensionistas que não tem mais como contribuir, muito pelo contrário e por isso merecem o reconhecimento. O sindicato é esse instrumento de confraternização e fortalecimento da luta. O Sindsep-MT tem dado novos rostos e mostrado dinamismo na atuação em todo o Estado”, disse Alexandre César.



Sindsep-MT participa de encontros em Brasília

Confira nossa agenda:

- 12/07/2009 - Reunião do Conselho Deliberativo de Entidades (CDE)
- 11/07/2009 - Plenária Nacional da CONDSEF
- 10/07/2009 - Encontro Nacional dos Servidores do Ministério da Fazenda
- 06/07/2009 - Reunião com os delegados à Conferência Nacional de Recursos Humanos
- 05/07/2009 - Encontro Nacional dos Servidores do MTE/DRTs
- 04/07/2009 - Encontro Nacional dos Servidores da AGU
- 03/07/2009 - Encontro Nacional dos Administrativos do MAPA

DIAP lista projetos que podem mexer com a vida do servidor

O Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap) preparou um levantamento importante e que deve estar na agenda de todo servidor público no Brasil. O departamento listou as proposições de interesses da categoria em discussão no Congresso Nacional – Câmara dos Deputados e Senado Federal. A agenda, apontada como complexa pelo Diap, pode flexibilizar direitos adquiridos.

Constantemente, Condsef e o Sindsep-MT trabalham com afinco realizando pressão permanente dentro e fora do Congresso para derrubar projetos prejudiciais aos servidores. O objetivo é ampliar ainda mais essa luta e isso só será possível com participação efetiva de todos no processo. Na avaliação do Diap, as propostas prejudicam os servidores e a prestação dos serviços públicos, principalmente a população mais carente da sociedade.

Outras propostas podem suprimir as recentes conquistas de reajuste das carreiras de Estado, bem como de vários segmentos do funcionalismo. Para melhor compreender as matérias, há um breve resumo do seu conteúdo. Os textos das proposições abaixo, e outras, estão disponíveis na página do DIAP (www.diap.org.br), na seção Íntegras. Todas as informações aqui reproduzidas para informar os leitores foram extraídas do sítio indicado.

Limite de gastos com pessoal (PLP 1/07)

O projeto de lei complementar (PLP) 1/07 restringe gastos com pessoal.

Entenda o projeto:

1) Limita o aumento da despesa com pessoal, no período entre 2007 e 2016, à reposição da inflação e mais um e meio por cento;
2) Atualmente, a União pode gastar com pessoal até 50% da receita líquida corrente (2,5% para o Legislativo, inclusive TCU; 6% para o Judiciário; 0,6% para o MPU; 3% para DF e territórios e 37,9% para o Executivo); entre outros.

O projeto é prejudicial aos servidores e está na contramão do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do qual faz parte, pois não considera o crescimento do País, que necessitará de novos servidores, especialmente nas áreas de regulação e fiscalização.

Tramitação

Apresentado pelo Executivo em 2 de fevereiro de 2007 tramita em regime de prioridade.

Fundações Públicas de Direito Privado (PLP 92/07)

O PLP 92/07 cria as fundações públicas, com servidores contratados pela CLT, nas áreas de saúde, previdência complementar do servidor e assistência social, e inclui ainda o ensino e pesquisa, formação profissional e cooperação técnica internacional.

Entenda o projeto:

O projeto do Executivo visa:

1) Regularizar o inciso XIX do artigo 37 da Constituição

Federal, parte final, para definir as áreas de atuação de funções instituídas pelo Poder Público;

2) Autorizar a criação, mediante lei específica, de fundações sem fins lucrativos, integrantes da Administração Pública indireta, com personalidade jurídica de direito público ou privado, para desempenho de atividade estatal que não seja exclusiva de Estado; e

3) Determinar que podem ser constituídas fundações nas áreas de: a) saúde e hospitais universitários, b) assistência social, c) cultura, d) esporte, e) ciência e tecnologia, f) meio ambiente, g) previdência complementar, h) comunicação social e i) promoção do turismo nacional.

Tramitação

A matéria foi aprovada em ambas as comissões em que foi analisada e está pronta para ser votada no plenário.

Direito de greve (PL 4.497/01)

O PL 4.497/01, da deputada Rita Camata (PMDB/ES), regulamenta o direito de greve do servidor público.

Entenda o projeto: Seu objetivo é regulamentar o inciso VII do artigo 37 da Constituição Federal, segundo o qual o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica.

Tramitação

A proposição está em discussão na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, onde aguarda parecer do relator, deputado Geraldo Magela (PT/DF).

Negociação coletiva (Convenção 151 OIT)

A Mensagem Presidencial 58/08, do Executivo, regulamenta a Convenção 151 e a Recomendação 159 da OIT sobre negociação coletiva no serviço público. A norma internacional protege o exercício dos direitos sindicais dos trabalhadores da Administração Pública nos três níveis de Governo.

Entenda o projeto: A iniciativa, embora não torne automática e obrigatória a negociação no serviço público, recomenda fortemente o respeito à organização sindical da Administração Pública e a participação dos trabalhadores do setor público na definição de suas condições de trabalho.

Tramitação

O texto está pronto para votação em plenário.

Demissão por insuficiência de desempenho (PLP 248/98)

O PLP 248/98, do Executivo, permite a demissão do servidor por insuficiência de desempenho.

Entenda o projeto: Em discussão no Congresso há dez anos, o projeto visa, entre outras coisas, regulamentar artigo 41 e 247 da Constituição Federal.

Tramitação

O projeto, da era FHC tramita em regime de urgência urgentíssima. A matéria terá de ser votada no plenário da Câmara, onde aguarda inclusão na ordem do dia. Após segue para a sanção presidencial.

Reforma da Previdência (PEC 77/03)

A proposta de emenda à Constituição (PEC) 441/05, no Senado PEC 77/03, trata da reforma da Previdência, que garante paridade às pensões.

Entenda o projeto: A matéria garante a paridade plena para pensões, assegurando esse direito a todos que se aposentaram com base no artigo 6º da Emenda Constitucional (EC) 41. Ou seja, corrige o erro de redação da EC 47, que limitava esse direito apenas aos pensionistas de aposentados com base na regra de transição. Para os aposentados e pensionistas portadores de doença incapacitante em gozo de benefício na data de publicação da EC 47 contribuirão para a previdência somente na parcela que excede ao dobro do teto do regime geral (algo como R\$ 5.788,56).

Tramitação

A proposta aguarda criação de comissão especial na Câmara para análise do mérito, fato que só ocorrerá se o movimento sindical dos servidores pressionar o presidente da Câmara e os líderes partidários.

Aposentadoria integral, com paridade (PEC 270/08)

PEC 270/08, da deputada Andréia Zito (PSDB/RJ), garante ao servidor que se aposentar por invalidez permanente o direito aos proventos integrais com paridade, quando decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável a partir de 2004.

Tramitação

Falta agora instalar a comissão, que só acontecerá quando os líderes indicarem os membros do colegiado; o que só acontecerá se houver muita pressão sobre o presidente da Casa e também sobre os líderes.

Fim da contribuição dos inativos (PEC 555/06)

A proposta de emenda à Constituição revoga o artigo 4º da EC 41, para eliminar a cobrança de contribuição dos aposentados e pensionistas do serviço público. A PEC determina retroação dos efeitos da revogação a 1º de janeiro de 2004.

Tramitação

Proposta aguarda comissão que dará parecer sobre mérito da matéria. Mas só será criada e instalada se houver grande pressão sobre os líderes.

Fonte: *Jornal da Condsef*

Reabertura de prazo: Adesão em carreira da Previdência, Saúde e Trabalho será garantida

Cerca de 36 mil servidores em todo o Brasil que estão de fora da carreira da Previdência, Saúde, e Trabalho terão nova oportunidade para mudar essa situação. A Condsef (Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal) conseguiu negociar com o Ministério do Planejamento a reabertura de prazo para adesão desses servidores que vêm acumulando prejuízos já que suas tabelas salariais continuam estagnadas sem sofrer os reajustes concedidos aos que optaram pelo plano.

Na quarta-feira, 17 de junho, o secretário de Recursos Humanos, Duvanier Ferreira, recebeu a Condsef para uma reunião e confirmou que o prazo será reaberto ainda este ano. A Condsef recomenda que todas as suas filiadas divulguem amplamente a notícia nos estados. Como a maioria desses servidores é de aposentados e muitas vezes há dificuldade de localização do servidor, a Con-

dsef solicitou ao Planejamento que o mecanismo para adesão seja feito de forma automática. Assim, apenas os servidores que não quiserem, por algum motivo, aderir ao plano, teriam que assinar um documento comunicando sua decisão ao governo.

Duvanier informou que vai analisar essa possibilidade e procurar novamente a Condsef para informar novidades sobre o processo. Entre os 36 mil que ainda não pertencem à carreira estão servidores dos ministérios da Saúde, Previdência, Trabalho e Funasa. Além de não terem incorporado a parcela de 47,11% a que têm direito, esses servidores também não tiveram gratificações como a GAE, GDASST e GESST incorporadas ao seu Vencimento Básico. A reabertura deste prazo é fruto de uma pressão constante que a Condsef vem fazendo desde que esses servidores começaram a amargar

prejuízos em seus salários que ficaram congelados. De acordo com o Planejamento está será a quarta vez que o prazo para adesão da carreira será reaberto. É importante que os que estão de fora tenham consciência que esta pode ser uma das últimas oportunidades para resolver esta situação.

Gacen – Em reunião da mesa de negociação da Saúde, a Condsef cobrou também a inclusão de condutores e mestres de lancha na lista de servidores que têm direito à Gacen, gratificação que substituiu a indenização de campo para servidores da Funasa que trabalham no controle de endemias. O Planejamento garantiu que vai analisar o caso desses servidores que trabalham, em sua maioria, na Região Norte, deslocando equipes da Funasa pelos rios da região. A defesa da Condsef é de que esses servidores atuam como motoristas que têm direito à Gacen. A tendência é

que o governo reconheça o direito desses servidores a receber a gratificação.

A Condsef cobrou ainda a instalação do grupo de trabalho (GT) que vai discutir reestruturação de carreira no setor da Previdência, Saúde e Trabalho. Duvanier Ferreira informou que a intenção do Planejamento é que até o dia 15 de julho o grupo já esteja funcionando. Inicialmente, a idéia é instalar um GT para os três setores. A partir do avanço das discussões, pode haver a possibilidade de separar os grupos. Assim, cada setor debateria e negociaria sua carreira específica. Na medida em que o trabalho do GT for avançando, a Condsef dará novas informações. É importante que os servidores realizem assembleias permanentes em seus estados ao longo deste processo, trabalho que vai colaborar para a defesa da vontade dos trabalhadores no GT.

Homenagem do Sindsep-MT à servidor do 9º BEC

O servidor do 9º Batalhão de Engenharia e Construção (BEC), Raimundo Rodrigues Balduino, está se despedindo das atividades depois de anos de jornada. O Sindicato dos Servidores Públicos Federais de Mato Grosso (Sindsep-MT) parabeniza Raimundo e outros aposentados pela dedicação ao trabalho.

Raimundo foi contratado em julho de 1975 para a função de motorista e, segundo homenagem prestada pelo 9º BEC, contribuiu com "eficiência, serenidade e zelo na condução das vitórias". Foi o primeiro trabalho do motorista que antes vivia da economia informal.

"Esses anos de trabalho no 9º BEC foi muito gratificante e deixei amigos que são civis e militares. Terminei meu trabalho deixando laços e vou voltar para visitá-los sempre que possível", disse Raimundo.

Num boletim assinado pelo 1º sargento, Ernande Felix da Cruz, do Ministério da Defesa, o motorista recebe os cumprimentos pelo firme empenho nas missões executadas, que incluem obras como a BR-163, BR-364, a duplicação do aeroporto de Campo Grande (MS), entre outros. Neste documento, também se destaca o perfil sereno e educado desse trabalhador.

Parabéns pelos bons anos de trabalho prestado!

Diretoria do Sindsep-MT

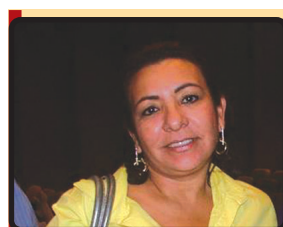


Raimundo com o tenente-coronel Fernando Miranda

Servidores falam das participações nos eventos do Sindsep-MT



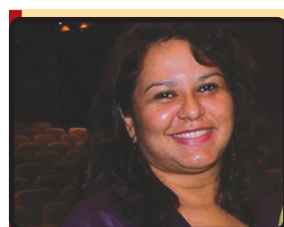
O mês de maio e o início do mês de junho foi marcado por várias participações dos servidores federais em encontros nacionais e da mesma forma, o Sindicato dos Servidores Públicos Federais de Mato Grosso (Sindsep-MT) recebeu a visita de representantes de Brasília. O secretário geral da Condsef, Josemilton Costa, esteve em Cuiabá nos dias 4 e 5 de junho e realizou assembleias em diversos órgãos e esteve no encontro dos aposentados. Veja a opinião dos servidores sobre a atuação do Sindsep-MT:



Maria Carmen Marques, servidora da GRA

"Há muito tempo não vimos tantos servidores juntos como nessa reunião dos Fazendários em Cuiabá.

Recentemente estive em Brasília, saímos de um contexto de calma e fomos para uma discussão mais avançada e muito mais proveitosa. O resultado foi o fortalecimento da categoria, conseguimos trazer o Josemilton aqui e fazer que as pessoas fiquem mais próximas ao sindicato".



Mariane da Guia Silva Ramos, servidora administrativa do Ministério da Fazenda

"A presença da Condsef, através do secretário Josemilton, vem esclarecer nossas diversas dúvidas, como por exemplo sobre a aglutinação dos cargos e trazer os anseios do pessoal, dos servidores administrativos. Alguns tinham dúvidas se era aglutinação, transposição ou ascensão profissional. O Josemilton veio e trouxe esse esclarecimento para todos. Também tinha uma ansiedade sobre a contrapartida do plano de saúde e a vinda dele aqui consegui acalmar".



Sebastião Correia de Oliveira, aposentado do DNER

"É muito importante que haja essa discussão através do Sindicato. Eu acredito no governo e há uma paridade dos salários dos aposentados e inativos. O Izael Santana, diretor do Sindsep-MT, é meu amigo e sempre nos leva informações do sindicato".



Jonas Paulino de Magalhães, aposentado do DNER

"A atuação do Sindsep-MT está melhor do que antes. Nós viemos no encontro dos aposentados e pensionistas para saber o que há para melhorar na questão da paridade de salários, plano de saúde e ver se o governo olha com mais atenção para seus aposentados".